



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

MOVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

MAURO EDUARDO DEL GROSSI; JOSÉ GRAZIANO DA SILVA;

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

BRASÍLIA - DF - BRASIL

DELGROSSI@UNB.BR

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

MOVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Grupo de Pesquisa: DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIALIDADE

RESUMO

Este trabalho apresenta as informações mais recentes sobre as famílias ligadas a agricultura, especialmente sobre as famílias ligadas a agricultura familiar. Observou-se um forte crescimento destas famílias com residência urbana. As rendas não-agrícolas continuam a ter um papel fundamental na composição da renda das famílias rurais, juntamente com as transferências de renda. Por fim, pela primeira vez, as populações das áreas rurais do Norte do País foram abrangidas pela PNAD em 2004, e os resultados também expressam a presença da pluriatividade nesta região.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm-se observado no Brasil a emergência de uma nova ruralidade, expressa principalmente pelo crescimento da pluriatividade entre as famílias rurais e urbanas. As evidências desta nova ruralidade podem ser observadas pelo crescimento de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, mas residentes no meio rural, como também pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os membros das famílias. Neste trabalho vamos concentrar os esforços para as atividades nas famílias.

Estudos anteriores do Projeto Rurbano¹ evidenciaram a importância da pluriatividade entre as famílias, tanto rurais como urbanas, ao longo dos anos 90. Apesar de numericamente importantes, as taxas de crescimento das famílias pluriativas eram praticamente nulas, e

¹ É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”. Consulte [nossa-a](#) homepage [do Projeto Rurbano](#) na Internet (www.eco.unicamp.br, entrar em Núcleo de Economia Agrícola, Projeto Rurbano).

impressionantemente, eram as famílias exclusivamente não-agrícolas que cresciam em número no meio rural brasileiro.

Neste trabalho, analisar-se-á o comportamento das famílias rurais e urbanas, a luz dos novos resultados das PNADs para os primeiros anos desta década.

FAMÍLIAS RURAIS

Para analisar a pluriatividade é relevante analisar as ocupações agrícolas e não-agrícolas entre os membros da família rural, uma vez que é essa combinação que irá determinar a renda *per capita* delas. Assim, neste trabalho nossa unidade de análise serão as famílias rurais extensas que incluem, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Procuramos construir, assim, uma unidade de consumo e renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um fundo comum de recursos monetários e não-monetários.

A tipologia utilizada no Projeto Rurbano classifica as famílias extensas por atividade e posição na ocupação (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados). A classificação dessas famílias pela posição na ocupação se dá da seguinte forma:

Empregador 3+: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes para seu negócio.

Empregador 2-: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até dois assalariados permanentes para seu negócio.

Conta-Própria: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando apenas com a ajuda dos membros da família.

Empregados: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado.

Não-ocupados: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da PNAD.

As famílias também foram classificadas de acordo com as atividades exercidas por seus membros:

Agrícolas: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal.

Pluriativas: famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou, ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

Não-agrícolas: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária.

Não-ocupados: nenhum membro ocupado na semana.

As análises das tendências no período de 1992 a 1999 mostravam um crescimento significativo das famílias dos empregados residentes em áreas rurais, especialmente daquelas famílias de empregados não-agrícolas, as quais apresentaram fortes aumentos em todas as regiões, compensando a queda nas famílias assalariadas exclusivamente agrícolas. Notava-se também um explosivo crescimento do número de famílias de trabalhadores não-ocupados em todas as regiões consideradas, ou seja, de famílias em que todas as pessoas, com mais de dez anos de idade, não estavam ocupadas na semana de referência, passando de 592 mil para 805 mil famílias entre 1992 e 1999, um crescimento de 213 mil famílias em sete anos.

Também era preocupante a tendência desses grupos. As principais categorias que compõem o que poderíamos chamar de agricultura familiar mostravam uma tendência à estagnação (como é o caso das famílias de conta-própria agrícolas e ou pluriativas). Por sua vez, o conjunto das famílias sem-terra representadas pelos empregados rurais e especialmente as de trabalhadores rurais desempregados e que constituem o subgrupo mais precário dentre os sem-terra, pois também são sem emprego, mostravam uma tendência de crescer rapidamente.

Para os anos 2001 a 2004 os resultados estão na Tabela 1, onde são apresentadas as famílias residentes em áreas '*rural agropecuário*' de regiões *não metropolitanas*, e o total de famílias brasileiras segundo cada tipo.

Tabela 1. Número de famílias residentes em áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas, e total de famílias segundo os tipos. Brasil, 2001 a 2004 (1.000 Famílias).

Tipos de Família	Rural Agropecuário Não-Metropolitano			População Total		
	2.001	2.004	Taxa 01/04 (% ^a)	2.001	2.004	Taxa 01/04 (% ^a)
Empregadora com 3+	53	49	-2,1	1.413	1.508	1,7
Agrícola	15	13	-7,4	39	38	-3,3
Pluriativa	20	16	-5,6	82	92	2,0
Não-agrícola	17	20	5,4**	1.292	1.378	1,8*
Empregadora com 2-	251	230	-0,7	1.359	1.487	2,8***
Agrícola	133	130	2,3	206	220	3,4
Pluriativa	93	84	-2,2	209	237	4,6
Não-agrícola	24	16	-12,6	943	1.031	2,4
Conta-Própria	2.859	2.882	0,3	14.090	15.409	2,8***
Agrícola	1.756	1.713	-1,0	2.299	2.552	3,1
Pluriativa	874	908	0,9	1.701	1.986	4,9***
Não-agrícola	230	261	7,6	10.090	10.872	2,4***
Assalariados	2.053	2.167	1,6	23.361	25.932	3,3**
Agrícola	1.269	1.289	0,6	2.135	2.365	3,2**
Pluriativa	262	297	3,5	875	1.028	4,9**
Não-agrícola	522	582	3,0	20.351	22.539	3,3**
Não-ocupados	631	637	1,3	6.680	7.417	4,1**
TOTAL	5.847	5.965	0,8	46.903	51.753	3,2***

Fonte: Tabulações especiais das PNADs. Projeto Urbano.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

NOTAS:

a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto do estado de Tocantins;

A primeira grande constatação é a importância da pluriatividade: existem em 2004 pelo menos 1,3 milhões de famílias nas áreas rurais agropecuárias não metropolitanas com alguma forma de pluriatividade.

Quanto a classificação por posição na ocupação, o contingente mais numeroso entre os residentes em áreas rurais é o de famílias de conta-própria que somavam quase 2,9 milhões, o que representava mais da metade das famílias rurais do País. A maioria das famílias de conta-própria é agrícola (59% ou 1,7 milhões). Mas existiam também 908 mil famílias rurais de conta-própria que eram pluriativas, sendo que quase dois terços delas residiam na Região Nordeste; e outras 261 mil, cujos membros exerciam exclusivamente atividades não-agrícolas, metade das quais também residente nas áreas rurais do Nordeste.

Outra observação importante é o crescimento significativo dos conta-própria pluriativos e dos assalariados (agrícolas e pluriativos) para o total do Brasil, revelando assim um forte crescimento destas famílias com residência urbana, já que os mesmos tipos estão com crescimento nulo nas áreas rurais. Considerando toda a população, sem discriminar a

situação do domicílio, pode-se observar que a agricultura familiar² brasileira é representada por quase 4,5 milhões de famílias, sendo 45% destas pluriativas.

Depois das famílias em conta-própria, o contingente mais numeroso no meio rural brasileiro é o das famílias de empregados assalariados, que contavam quase 2,2 milhões em 2004. Destaque para as 582 mil famílias ocupadas inteiramente em atividades não-agrícolas, e as 297 mil pluriativas.

A Tabela 2 evidencia o comportamento destas famílias segundo a situação do domicílio, fazendo uma nova organização da mesma tipologia:

- a) Agricultura Patronal: famílias com 3 ou mais assalariados permanentes, agrícolas ou pluriativas;
- b) Agricultura Familiar: famílias de Conta-Própria ou com até 2 assalariados permanentes, agrícolas ou pluriativas;
- c) Assalariados: famílias de assalariados, agrícolas ou pluriativos;
- d) Famílias não-ocupadas: famílias sem nenhum membro com ocupação.

Tabela 2. Número de famílias segundo os tipos. Brasil, 2001 a 2004.
(1.000 Famílias).

Tipo de Família	Situação do Domicílio	2.001	2.004	Taxa 01/04 (% ^aa)
Agricultura Patronal		121	125	-0,8
	metropolitana	8	9	-0,2
	Urbana	78	86	1,0
	Rural	35	30	-5,0
Agricultura Familiar (agrícolas+pluriativas)		4.415	4.585	1,2 ***
	Metropolitana	116	126	2,7
	Urbana	1.258	1.425	4,3 ***
	Rural	3.042	3.033	-0,1
Assalariados (agrícolas+pluriativos)		3.010	3.280	2,7 ***
	Metropolitana	93	88	-0,6
	Urbana	1.263	1.474	4,8 **
	Rural	1.654	1.718	1,1
Não Ocupadas		6.680	7.371	3,9 **
	Metropolitana	2.309	2.648	5,4 **
	Urbana	3.633	3.952	3,3 **
	Rural	738	771	2,3

Fonte: Tabulações especiais das PNADs. Projeto Rurbano.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto do estado de Tocantins;

² Empregadores com até 2 empregados permanentes e conta-própria, agrícolas e pluriativos.

O número de famílias ligadas a Agricultura Patronal está relativamente estável em torno de 125 mil famílias, que tem a agricultura como ocupação principal de algum de seus membros.

Já as famílias ligadas a Agricultura Familiar tem um crescimento centrado nas áreas urbanas dos municípios médios e pequenos do País. Este pode ser um forte indicador de que estas famílias estão à procura de equipamentos urbanos, tal como saúde, energia elétrica, escolas, entre outros.

Movimento semelhante ocorre com as famílias de assalariados, agrícolas ou pluriativas: existe um número crescente delas com residência urbana. Esse crescimento os assalariados agrícolas urbanos, também será objeto de novas pesquisas.

Já entre as famílias não-ocupadas, as comparações com o comportamento em regiões metropolitanas e nas áreas urbanas, mostram que o fenômeno ainda persiste na sociedade brasileira como um todo, só que está estável entre as famílias com residência rural, segundo os dados das PNADs. Esse movimento é contrário ao dos anos 90, onde essas famílias cresceram rapidamente no meio rural, e deverá ser objeto de maiores estudos.

Para Nascimento (2005), esta relativa estabilidade da agricultura familiar nos anos 90 decorria de uma sucessão, ao longo da década anterior, de momentos adversos ao setor agrícola como um todo e da reação a essas circunstâncias por parte dos diferentes segmentos produtivos da agricultura. Vale a pena registrar as observações de Nascimento (2005), ao analisar as diferenças regionais do País, o autor destacou os fatores impulsionadores/limitadores da pluriatividade nos anos recentes:

“Diante dessa realidade de uma agricultura dual entre agricultores viáveis e agricultores fadados a desaparecer com uma atividade agrícola que mais onera do que remunera, restam três alternativas possíveis para esse último grupo de agricultores. Primeira, a de permanecer marginalizado do processo, numa agricultura rudimentar, de subsistência, no máximo atendendo mercados locais diminutos, ou se tornar cada vez mais famílias pluriativas, em reação estratégica à sua realidade adversa (esse é o caso da região Nordeste). Segunda, abandonar a atividade agrícola pouco remuneradora, substituindo-a por outras atividades mais atrativas em outros setores da economia, tornando-se famílias não agrícolas (esse é o caso da região Sul, que possui uma rede urbana economicamente mais dinâmica e mais espalhada pela região, comparativamente à região Nordeste.... Terceira, tornar-se famílias de não ocupados, dependentes, em boa parte dos casos, de rendas sociais (via transferências governamentais).”

Já no período 2001-2004 observamos a continuidade da estabilidade do contingente de agricultores familiares residentes em áreas agropecuárias de regiões não metropolitanas, enquanto que crescem as famílias de assalariados agrícolas, especialmente os temporários, mas com residência urbana, sugerindo o mesmo movimento que ocorrera nos anos 80.

NORTE RURAL

Merecem registro das famílias captadas ineditamente pela PNAD de 2004, que abrangeram também as áreas rurais da Região Norte. A ampliação da área de abrangência permite identificar os tipos de famílias residentes nestas áreas (Tabela 3). São quase 800 mil famílias residentes nas áreas rurais, e ao contrário do que se esperava, também se observa uma significativa presença de famílias pluriativas ou ocupadas inteiramente em atividades não-agrícolas na região Amazônica.

Tabela 3. Número de famílias residentes em áreas rurais no Norte do Brasil, 2004. (1.000 famílias)

Situação do Domicílio	Tipos de Família	NORTE 2.004
Rural		796
	Empregadora com 3+	11
	Agrícola	1
	Pluriativa	4
	Não-agrícola	6
	Empregadora com 2-	35
	Agrícola	12
	Pluriativa	21
	Não-agrícola	3
	Conta-Própria	462
	Agrícola	244
	Pluriativa	133
	Não-agrícola	85
	Assalariados	242
	Agrícola	91
Pluriativa	22	
Não-agrícola	129	
	Não-ocupados	46

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 2004. Projeto Urbano.

A COMPOSIÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS RURAIS

É comum se pensar que as famílias rurais sobrevivam quase que exclusivamente dos rendimentos das atividades agrícolas: as informações das PNADs comprovam que esta hipótese não é verdadeira. Mesmo tomando as famílias de regiões não metropolitanas, e residentes em áreas rurais agropecuárias, a famílias mais pobres ligadas que vivem exclusivamente das atividades agrícolas, em geral, tem forte presença dos rendimentos aposentadorias e ou programas governamentais (18% a 33% da renda destas famílias), e ainda assim sempre possuem renda média inferior à das pluriativas e não-agrícolas (Tabela 4). Isso

significa que as transferências da Previdência Pública, juntamente com os programas sociais, desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo em que podem funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência, nas regiões menos desenvolvidas do País, como o Nordeste.

Tabela 4. Composição da renda e renda relativa das famílias de Conta-Própria e Empregados, residentes em zonas não-metropolitanas e rurais agropecuárias. Brasil^(a), 2004. (Rendas relativas)

Tipos de Família	Fontes de Rendimento Familiar				Renda Relativa
	Agrícola (%)	Não-Agrícola (%)	Aposentadoria (%)	Outras Rendas (%)	
Regiões não metropolitanas – rurais agropecuárias					
Empregadora com 3+					
Agrícola	92%	0%	3%	4%	938
Pluriativa	52%	33%	10%	5%	740
Não-agrícola	0%	88%	11%	2%	441
Empregadora com 2-					
Agrícola	74%	0%	23%	3%	259
Pluriativa	62%	24%	11%	4%	277
Não-agrícola	0%	89%	9%	2%	266
Conta-Própria					
Agrícola	67%	0%	27%	6%	100
Pluriativa	51%	29%	15%	5%	135
Não-agrícola	0%	79%	16%	5%	139
Empregados					
Agrícola	82%	0%	12%	6%	74
Pluriativa	48%	39%	9%	4%	129
Não-agrícola	0%	81%	15%	4%	117
Não-ocupados	0%	0%	88%	12%	73

Fonte: Tabulações especiais da PNAD de 2004. Projeto Rurbano.

Evidentemente, há muitas razões que justificam as diferenças entre as rendas agrícolas e não-agrícolas. A intenção é chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias particularmente das famílias rurais estão entre as menores do País. E que, portanto, a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar e porque não dizer, também, estabilizar as rendas das famílias residentes no meio rural.

Analizando as características das famílias e suas variações regionais, Nascimento (2005) observou que uma pequena parte (em torno de 20%) das famílias não-agrícolas no Nordeste e no Sul (e conta-própria pluriativas no Nordeste) mantém algum grau de produção doméstica para o autoconsumo alimentar da família, ou de alguns de seus membros. No Nordeste, a presença de uma produção doméstica para o autosustento alimentar é bastante

significativa. Nesse sentido, observa-se que as famílias conta-própria pluriativas nordestinas também adotam a estratégia da produção doméstica para o autosustento, além da diversificação de atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando as famílias como unidade de análise, observa-se a continuidade da importância da pluriatividade entre as famílias rurais no Brasil, principalmente como fonte de rendimento complementar.

Estudos anteriores do Rurbano já apontavam para o crescimento da pluriatividade nas famílias da região Nordeste, e o crescimento das famílias inteiramente não-agrícolas no Sul do País. Entre as motivações desses novos arranjos familiares, o baixo rendimento obtido nas atividades agrícolas é apontado como relevante.

No início desta década, o grande destaque é a crescente urbanização das famílias ligadas a Agricultura Familiar e também dos Assalariados (agrícolas e pluriativos), enquanto que o número de famílias com residência rural, fica estável entre 2001 a 2004.

Essa urbanização das famílias envolvidas com a agricultura, também é indicador da necessidade destas famílias de equipamentos urbanos, que vão além das políticas especificamente agrícolas, tal como educação, saúde, energia elétrica, lazer, entre tantas outras.

Em 2004 o IBGE também inovou incorporando na amostra da PNAD as populações das áreas rurais da Região Norte do País. Os resultados também revelaram uma presença importante de atividades não-agrícolas e da pluriatividade nesta população.

REFERÊNCIAS

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, EMBRAPA-Meio Ambiente /IE-UNICAMP. (7 v.), 2000.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural?. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. (CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999)

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.37-50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. Rural Nonfarm Employment and Incomes in Brazil: Patterns and Evolution. **World Development**, Great Britain, v.29, n.3, p. 443-453, 2001.

NASCIMENTO, C.A. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2005. 214 p. (Tese de Doutorado).

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro n.16, p.164-184, 2001.